

OS ASPECTOS FOLCLÓRICOS DOS PRINCIPAIS TIPOS HUMANOS DA REGIÃO SUL

Copyright Jorge Roberto Cunha de Oliveira

Produção Gráfica: www.exclamacao.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Oliveira, Therezinha de Jesus Cunha de, 1927-2005
Os aspectos folclóricos dos principais tipos
humanos da Região Sul [livro eletrônico] / Therezinha
de Jesus Cunha de Oliveira ; Jorge Roberto Cunha de
Oliveira, organizador. -- Porto Alegre, RS :
Exclamação Design e Comunicação, 2025.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-88254-66-0

1. Brasil, Região Sul 2. Cultura popular
3. Desenvolvimento social 4. Folclore - Brasil -
História 5. História social 6. Tradições populares -
Brasil I. Oliveira, Jorge Roberto Cunha de.
II. Título.

25-253329

CDD-398.0981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Cultura popular : Folclore 398.0981

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

THEREZINHA DE JESUS CUNHA DE OLIVEIRA

In Memoriam

Jorge Roberto Cunha de Oliveira – Tranquilo
(Organizador)

OS ASPECTOS FOLCLÓRICOS
DOS PRINCIPAIS TIPOS HUMANOS
DA REGIÃO SUL

Exclamação
Porto Alegre, 2025

Trabalho apresentado na disciplina de Metodologia e Pesquisa Folclórica, ao Curso de Pós-Graduação a nível de Especialização em Folclore da Faculdade de Música Palestrina FAMUPA.

Porto Alegre, RS, março de 1983

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
O GAÚCHO	9
O PEÃO.....	13
O CARRETEIRO	16
O CESTEIRO	21
CONCLUSÃO	25
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	28

REGIÃO SUL



INTRODUÇÃO

Abordaremos neste trabalho os Aspectos Folclóricos dos Principais Tipos Humanos da Região Sul, dando uma síntese geral do seu modo de vida e a sua participação no desenvolvimento da Região e do Brasil.

O Homem da Região Sul apresenta diversas características folclóricas, típicas da vida cotidiana desta importante Região Brasileira, pois as diversificações étnicas que sofre o homem do sul são variáveis dentro dos diversos pontos dos Estados em que vivem.

Este homem sofreu grandes influências culturais na sua formação, pois a imigração estrangeira foi constante nos Séculos XVIII, XIX e XX, todos os Estados do Sul do Brasil receberam imigrantes de todas as partes do mundo, cada um destes povos trazendo de seu país a sua característica folclórica e deixando raízes culturais nos Estados que hoje se encontram os continuadores de sua colonização.

O Homem do Sul tem uma situação econômica privilegiada diferente das outras regiões do país, ele vive constantemente da vida do campo, da criação de gado e da lavoura, fato este predominante do homem

do interior, a variação climática nos diferentes meses do ano torna o seu trabalho mais agradável.

As tradições folclóricas do homem do sul apresentam várias características bem divergentes de elementos de outras regiões do Brasil e o seu modo de viver a cada dia, apresenta aspectos folclóricos típicos desta região.

Podemos citar alguns tipos humanos principais da Região Sul:

- a) O Gaúcho;
- b) O Peão;
- c) O Carreteiro;
- d) O Cesteiro.

Todos estes elementos humanos formam um determinado tipo tradicional que torna esta região característica em relação ao modo de viver deste homem do sul do Brasil.

O GAÚCHO

Ao quadro típico da Campanha sul-rio-grandense corresponde um tipo humano regional característico – o gaúcho. Surgido durante a ação contra o domínio castelhano, formado na luta pela defesa da gleba e criado num ambiente de intensa agitação guerreira, o gaúcho herdou de seus antepassados o temperamento ardoroso e altivo.

É em pleno campo ou na região da fronteira que ele aparece com seus costumes típicos, seus hábitos, sua psicologia. Existe também na cidade, vivendo aí a vida urbana, sem perder contudo o traquejo e o amor à vida campeira. O seu habitat natural é a estância, da qual é dono ou vaqueiro, capataz ou peão.

O gaúcho é o vaqueiro do Sul. Diferente, porém, do seu irmão sertanejo, não se aparta do cavalo; este tem para ele extraordinária importância. Nunca anda a pé. O “pingo” é o seu meio de locomoção natural e predileto na vastidão da campina; e a importância do cavalo não para na sua qualidade de fator indispensável à lida do gado: é e foi elemento valioso nas ações belicosas, quando a vitória nos campos se decidia pela cavalaria, nos “entreveros”. O “pingo” está intima-



mente ligado à vida gaúcha; é um complemento do homem.

O gaúcho leva vida simples, independente e livre. Sem morar na casa da estância, sua habitação assemelha-se a um rancho situado no próprio campo de trabalho. A turma duma estância varia de dezenas a centenas de homens, conforme o número de cabeças de gado.

Cada homem tem sua casa e alimento; o salário que recebe, separa certa quantia para o tratamento do seu cavalo, no que é extremamente cuidadoso.

Quanto à alimentação, o gaúcho nutre-se melhor que o sertanejo. Seu prato regional é o churrasco, carne assada no espeto, à qual junta salmoura, sendo a faca o único talher de que se utiliza.

Não dispensa também o chimarrão e traz sempre a bomba e a cuia para a bebida clássica. O chimarrão é a infusão, em água fervente, das folhas do mate (*Ilex paraguayensis*. St. Hil.) pulverizadas. O costume de apear em qualquer estância, para “matear”, diz bem da hospitalidade da região.

O vestuário é característico: chapéu de couro ou de feltro de abas largas e preso pelo “barbicacho” (jugular); sobre os ombros, ou enrolado e amarrado ao selim, o “poncho” amplo; ao pescoço, o lenço, geralmente de cores vivas, de nó corrediço; uma camisa de lã ou de pano grosso; à cintura, a “guaiaca” (largo cinto) onde traz a faca em bela bainha e a garrucha no coldre; as “bombachas” – calças largas apertadas no

tornozelo; as botas com “chilenas” e, finalmente, ao pulso, a presilha do rebenque de várias tiras.

No trato, o gaúcho salienta-se pelos sentimentos de honra e lealdade que conserva puros; aí se irmana ao sertanejo. SAINT-HILAIRE, comparando-o com os outros habitantes do interior brasileiro, achou pouco afável, talvez rude, entretanto, varonil.

PEÃO

Peão, originariamente, significava indivíduo que andava a pé, e essa origem proveio de que peão era sinônimo de plebeu e na plebe se recrutavam os soldados de infantaria, aqueles que combatiam a pé, numa época em que até nas funções guerreiras se refletia a distinção das classes.

Quando, na zona pecuária da Campanha sulina, as pastagens começaram a ser apropriadas, surgindo as cercas, os “corredores” e as estâncias, quase ao mesmo tempo em que o couro cedeu importância à carne como bem econômico, aparecendo as charqueadas, – o regime de liberdade e de autonomia do gaúcho transitou para outro, em que as classes se diferenciaram: de um lado os proprietários, as dos estanceiros; de outro, o trabalhador, o peão. Desta sorte, confundiram-se os termos gaúcho e peão, como que se tornaram sinônimos. Já, RICAROO HOOG referia “o crescente empenho em chamar gaúcho a todo peão de campo que anda a cavalo”.

Paradoxalmente, o termo, que em suas origens servia para designar o homem a pé, passou a batizar o trabalhador da Campanha, que utilizava o cavalo



para os seus misteres. Aquele horror em deslocar-se a pé, a que se referiu AZARA – “repugna-lhes tanto andar a pé que quase não o sabem fazer”, – e também SARMIENTO, que contou o caso daquele gaúcho que, ao contestar como ia afirmou a sua suprema desgraça na expressão: “Como hei de ir? No Chile e a pé!” – foi disfarçado com a transigência formal do uso do cavalo, embora o nome significasse o contrário. Para disfarçar a situação de fato, que o termo traduzia bem, de inferioridade social, de dependência econômica, de subalternidade hierárquica.

Contrastando com a sua origem, por vincular-se a homens que andam montados, o título conservou a significação, por indicar o trabalhador da estância. Entre os seus misteres, na zona sulina da pecuária, – e também no sul do Mato Grosso, carregado pelo elemento gaúcho para ali deslocado, – não está o da doma, apenas, que era, e ainda é, em outras regiões, abrangido pela significação do termo, mas todos os trabalhos ligados ao regime pastoril. Peão é pois, o trabalhador da propriedade pastoril, aquele que lida com o gado, na região pecuária do sul brasileiro. A condição de trabalhador, isto é, status social absorveu tanto o conteúdo da significação do vocabulário que CALLAGE chega a assinalar o seu uso nas cidades, para designar “todo e qualquer empregado de ínfima categoria”. Esta é uma extensão, porém. Na sua inteireza de significação, o termo abrange o trabalhador da estância sulina, aquele que vive de lidar com o gado.

CARRETEIRO

Um dos meios de transporte subordinados à tração animal, a carreta da Campanha sul-rio-grandense tem características inconfundíveis. Distinguiu-as com exatidão, BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA, embora até hoje infelizmente inédita. Mais do que isso: compreendeu os motivos da extensão de seu uso aos campos do sul mato-grossense, onde os refugiados gaúchos das revoluções do período inicial da República a introduziram.

Só na Campanha do Rio Grande do Sul, entretanto, ele se manteve, com todas as suas peculiaridades. E ali mesmo, parece que os seus dias estão contados, tanto que já se desenvolvem outros meios de transporte, entre os quais o automóvel. As estradas construídas para este revestem-se de técnica especial e a carreta nelas aparece como remanescente prejudicial de uma época ultrapassada. Vaga ainda, entretanto, pelos “corredores”, e satisfaz inúmeras necessidades da vida regional.

Ligada à carreta, a figura do carreteiro fica pertencendo, com exclusividade, ao ambiente pastoril do

extremo sul. Se o meio de transporte passou a outra região, com as suas características de construção mais ou menos respeitadas, o personagem não o acompanhou. Outras eram as condições, e o quadro natural se circunscrevia à Campanha. Em outras regiões, conduzindo carretas ou carros, o homem é o “carreiro” e trabalha habitualmente a pé. A carreta, ou o carro, é mero meio de transporte, um utensílio de trabalho.

Para o carreteiro da Campanha, a carreta é muito mais do que isso. Se, em boa parte, serve ao transporte de couro, de lã, de fardos de toda espécie, – serve, também, de meio de transporte da família, em longas jornadas. Nelas viajam, vivem, dormem, os seus. E se isso era costumeiro, no passado, é ainda corrente, nos dias de hoje. AUGUSTO MEYER, em *Segredos da Infância*, conta:

“Voltamos ao Cerro d’Árvore em carreta.

Dias e dias morei naquela casa de rodas, que se arrastava pelas estradas, sem vontade de chegar. Parecia que cada trecho da paisagem, com pena de nos deixar, tentava seguir-nos até a última curva do caminho.

(...)

Em noite de calma, fazíamos a cama no capim, entre as rodas da carreta”.

Para conduzir os bois que tracionam a carreta, tem o carreteiro processos especiais, em tudo diferente dos que empregam os “carreiros” de outras regiões:

outro é o modo de tanger, de parar, de subir e descer ladeiras, de desatolar e de transpor um “passo”.

A diferença principal está em que o carreteiro é um homem montado. Não conduz do alto da carreta, nem a pé, e não apeia quase nunca, por necessidade de condução em si mesma. Resolve os seus problemas do alto da sela. Não grita e não se extrema em vozes; como a própria carreta é silenciosa, sem o cantochão monótono dos carros-de-boi de outras regiões.

Sendo, em princípio, veículos agrários, os carroções transportam produtos da lavoura para os entrepostos distribuidores, sendo ao mesmo tempo, veículos de circulação local e geral; o seu habitat é a picada, o caminho da fazenda, o caminho vicinal, a estrada municipal e, não raro, a estrada federal, embora aí sua circulação seja proibida por lei, pelo dano que causam à mesma os aros de ferro de suas rodas. Sua forma original logo se salienta dentre os demais tipos de veículos de tração animal, encontradiços na Região Sul, que se diferenciam entre si pelo número de rodas, disposição dos animais de tiro, cobertura e espécie de carga transportada. Segundo esses elementos variáveis podem distinguir-se no Sul do Brasil os seguintes veículos coloniais: carroça, carretas e carretões ou carroções.

A “carroça” é um veículo de peso leve, sem cobertura, tendo duas rodas somente, dois varais e puxadas por um só animal. É, em geral, utilizada no transporte de água ou de pequenas mercadorias. Sua origem deve

ser portuguesa – açoriana, pois não ocorrem nas cidades de influência italiana-germânica.

A “carreta” tem sempre quatro rodas e é semelhante ao “carretão”. Destina-se ao transporte de cargas regularmente pesadas. É o veículo intermediário, em tamanho e capacidade de peso. Conforme o peso da carga, e tendo em vista o maior ou menor auge ou declive da estrada onde circula, é puxada por dois, três, cinco ou seis animais. A carreta pode ou não ter toldo. O uso dessa cobertura protetora depende da resistência das mercadorias às intempéries, pois no planalto meridional, as chuvas – que atingem altura média anual de 1400 milímetros – são regularmente distribuídas durante o ano.

O “carretão” ou “carroção” cujo desenho ilustra estas linhas, pouco difere do tipo anterior e, em suas linhas gerais, é uma carreta em ponto maior. Os animais que o puxam – comumente cavalos – variam do número e disposição, segundo o peso da carga, a topografia do terreno e nacionalidade do colono. Os de origem polonesa e ucraniana usam de três a oito cavalos; os de origem alemã, do Rio Grande do Sul, de dois a dez, sendo que o cavalo da direita, imediato ao carro, vai montado. Os animais são atrelados aos pares ou em arranjos ímpares, à comprida e baixa lança solidária ao conjunto giratório roda-eixo dianteiro. Os animais exteriores da parelha mais próxima do carro, puxam-no cada um, por meio duma longa corrente que se vai prender, de cada lado, no extremo

do eixo da roda traseira correspondente. Este sistema de tração garante maior rendimento do esforço feito pelos animais, principalmente para vencer aclives com cargas muito pesadas. As rodas diretrizes, as da frente, são menores que as traseiras.

Estes carros são cobertos por um toldo de lona impermeabilizada por uma pintura de piche e estendida sobre arcos desmontáveis e embutidos nos bordos laterais da caixa da carroça. Dos lados externos dos bordos é adaptada uma caixa comprida e rasa, onde o animal come a sua ração, nas frequentes paradas das longas viagens.

O toldo só é utilizado quando a mercadoria transportada exige abrigo. Sua parte da frente, que as vezes se prolonga, até o meio dos primeiros animais, chama-se “tapão” e serve também para proteger o material transportado contra as intempéries, bem como o condutor ou boleeiro.

Utilizada em viagens de longo percurso, que duram dias, semanas e meses, a carroça obriga àqueles, que com ela trabalham, a levar vida seminômade; torna-se, assim, verdadeira casa ambulante. Intimamente ligada, pela sua inestimável utilidade, a hábitos e costumes do homem do sertão, ocupa lugar de relevo no folclore sulino. Como o carro de boi, a carreta do Sul do Brasil foi, e ainda continua a ser, elemento de civilização e progresso.

O CESTEIRO

Das indústrias humanas é a cesteira uma das mais antigas. Técnica primitiva de trabalho que não requer senão instrumental simples, de fácil locomoção e arranjo, encontrou larga área de difusão, caracterizando-se como indústria doméstica. Atualmente, a cestaria abandonou o âmbito artesão, mas pode ainda ser encontrada com alguns aspectos de sua primitiva simplicidade em certas comunidades rurais, onde está ligada às várias atividades agrícolas. Assim, entre os tipos humanos que vivem nas colônias situadas nos arredores da capital paranaense, não é raro encontrar-se o cesteiro.

Um dos mais utilizados, com maior frequência, no trabalho do cesteiro é o vime, do gênero *salix*.

O vime foi introduzido nesta zona como elemento complementar à cultura da vinha, pois é costume usá-lo para amarrar videiras, e quase não há colono que não tenha dois ou três vimeiros na sua propriedade. Tendo o vime encontrado habitat favorável ao seu desenvolvimento, a sua presença em abundância fez surgir uma cestaria incipiente, que foi aos poucos ampliando, assumindo em alguns casos caráter de

verdadeira indústria. Contudo, são muitos os que ainda a conservam em seu aspecto de artesanato rural, sendo comum encontrar-se nas ruas de Curitiba, entre as inúmeras carrocinhas que vêm à cidade vender os frutos e produtos das colônias, aquelas que trazem peças de cestaria.

Diferentes tarefas exigem do cesteiro intensa atividade. Por três meses, ele se ocupa na colheita e preparo do vime, material do seu trabalho.

A colheita do vime pode ser realizada em duas épocas do ano: no verão, de janeiro a março, e no inverno, de julho a setembro. O vime da colheita de verão é o chamado vime de seis meses ou vime branco, que é empregado na cestaria fina e de móveis, e não necessita cozimento para ser descascado, o que sem dúvida torna mais cômodo o trabalho. O vime da colheita de inverno é o chamado vime de um ano ou vime cozido e se destina à cestaria grosseira. Ele é cortado anualmente quando está maduro, despido de folhas e se apresenta com uma coloração vermelha intensa; necessita ser cozido a fim de que sua casca possa ser retirada com facilidade. O cozimento do vime é realizado em um grande forno-tacho de forma retangular, com três metros de comprimento, situado à beira de águas correntes. Uma tachada leva em média 30 feixes de vime, ou seja mais ou menos 18 arrobas. É possível fazer-se 5 tachadas diárias, uma vez que se gasta com o carregamento do tacho, espera do cozimento e o descarregamento, cerca de duas horas e meia, perfa-

zendo, no final do dia, um total de doze horas e meia de trabalho pesado e intenso para o cesteiro, que deve dirigir-se ao local do cozimento, nas madrugadas frias do inverno paranaense.

Cada tachada levando 18 arrobas de vime, ao findar o dia o rendimento do cesteiro deveria ser de noventa arrobas, mas com a limpeza, cozimento e descasque o vime quebra ao terço, fornecendo apenas 30 arrobas de vime limpo. Vencidas estas etapas da colheita e preparo do vime, nas quais se ocupa toda a família do cesteiro, ele retorna à sua ocupação específica – o trançado do vime.

O trançado do vime é ocupação tanto de homens e mulheres, quanto de crianças, mas também nesta, como em outras atividades, se afirma o princípio da divisão do trabalho: os mais pesados são feitos pelos homens, enquanto os mais leves e fáceis são confiados às mulheres e às crianças.

O cesteiro, mesmo na execução de cestos grosseiros, que parecem não requerer atenções e técnicas e conhecimentos especiais, deve obedecer a certas normas de trançado, sem as quais não poderá realizar trabalho perfeito. Estas normas são seguidas com fidelidade, tanto pelo aprendizado que efetuou junto aos antigos, quanto pela intuição profunda que o orienta na execução harmoniosa do trançado.

Além de produzir objetos domésticos e agrícolas, isto é, cestos e balaies para as diversas colheitas, medições de cereais, rações de animais, para o transpor-

te de legumes, frutos e aves, o cesteiro faz também numerosas outras peças tais como roupeiros, berços, cestinho de fantasia para flores e presentes, móveis e outras.

O cesteiro é um elemento que tem vida econômica próspera dentro da comunidade em que vive, pois se não ganha mais que o comum, pelo menos corre um risco menor do que aqueles que se dedicam à agricultura.

Também socialmente, pela técnica do seu artesanato, goza o cesteiro entre os seus concidadãos, de posição destacada que lhe dá o seu trabalho independente, no qual, além do sustento próprio e da família, encontra motivos de inspiração e beleza.

CONCLUSÃO

Neste trabalho procurei mostrar de maneira prática e sintética os Aspectos Folclóricos dos Principais Tipos Humanos da Região Sul, apresentando as características principais e peculiares da região, pois o Folclore está inserido de maneira marcante do homem do sul, no seu dia a dia, no seu modo de vida, desde na sua maneira de vestir até na sua alimentação.

Várias culturas são divulgadas da Região Sul, caracterizando grandemente esta região no seu aspecto folclórico, que deve ser conhecido por todos os brasileiros interessados em conhecimentos desta importante região do país.

Procuramos com este trabalho divulgar o modo de vida de nosso povo, abordando o Homem da Região Sul.





REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Tipos e Aspectos do Brasil. Rio de Janeiro, 1970. 496p.

THEREZINHA DE JESUS CUNHA DE OLIVEIRA – THÊ

Jornalista, Escritora, Professora, Folclorista, Poetisa, Pintora, Secretária Executiva, Esposa e Mãe.

Nascida em 27 de dezembro de 1927, filha de Olympio Gomes da Cunha e de Elvira de Oliveira Ramos.

O pai, um artista da música, e a mãe, servidora pública dos Correios e Telégrafos, teve de onde herdar o dom artístico.

Casou em 12 de janeiro de 1950 com o Jornalista Jorge Alencastro de Oliveira, Médico Veterinário do Exército e Administrador.

Seu sogro, Ezequiel Antônio de Oliveira, foi o primeiro funcionário e quem montou as oficinas do Jornal Diário de Notícias no estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, a pedido do Jornalista Assis Chateaubriand, do qual era o homem de confiança.

Em 12 de janeiro de 1951, teve o primeiro filho, Jorge Alencastro de Oliveira Júnior, hoje servidor público e Professor.

Já, em 12 de setembro de 1959, nasceu o segundo filho, Jorge Roberto Cunha de Oliveira, hoje aposentado do Poder Judiciário Federal, Advogado, Professor, Escritor e Poeta, Membro da Academia Brasileira Maçônica de Letras, Teatro, Ciências, Arte e Música e de outras entidades culturais.

No ano de 1963 ingressou por vestibular no Curso de Psicologia, nele permanecendo até o final de 1964.



Prestou exame vestibular para Jornalismo na PUC em 1965 e concluiu o curso no dia 09 de dezembro de 1967.

Ingressou no Curso Superior de Formação de Professores de Disciplinas Especializadas do Ensino de 2º Grau, estruturado na forma do Esquema I, na PUCRS, o qual concluiu em 20 de dezembro de 1976.

Em 1982 ingressou no Curso de Pós- Graduação, nível de Especialização, em Folclore, na Faculdade de Música Palestrina, o qual concluiu em 15 de setembro de 1983.

Quando da conclusão do Curso de Folclore apresentou o trabalho “Os Aspectos Folclóricos dos Principais Tipos Humanos da Região Sul” e como Monografia de Conclusão do Curso “Santo Antônio: sua Vida, seus Milagres, seu Culto, sua Presença no Folclore”.

Realizou inúmeros cursos de extensão universitária, sempre com êxito.

De 1967 até 1969, desempenhou o cargo de colunista social no Anuário do Círculo Militar de Porto Alegre, de forma não remunerada, a título de colaboradora.

No início de 1969 foi convidada para atuar como Jornalista do Jornal Diário de Notícias, redigindo a coluna Forças Armadas, como a primeira jornalista mulher a atuar nesta área, onde permaneceu até fins de 1970.

Atuou, também, como colunista militar no Jornal Zero Hora no início dos anos 70.

Em março de 1972, ingressa no Magistério Estadual como Professora e permanece no desempenhar de sua tarefa até a sua aposentadoria, em março de 1986.

No período de 1971 até 1993 participou de diversos cursos como Aperfeiçoamento em Educação Moral e Cívica, Orientação e Treinamento de Professores de EMC, Atualização e Revisão de

Conteúdos – Concurso Áreas 2 e 3, treinamento em Secretaria Escolar, Organização de Regimentos Escolares, Relações Humanas no Trabalho, Tecnologia Educacional, Estágio de Elaboração de Currículos e Metodologia para Educação de Adultos e Interdisciplinaridade.

Na arte, mais precisamente na pintura em porcelana, dentre outros eventos, participou da 2ª Exposição Regional de Arte em Porcelana, no Hotel Serra Azul, na cidade de Gramado no período de 17 a 20 de julho de 1980, com destaque na Coluna da Jornalista Inês Vinhas no Jornal do Comércio de 23 de julho de 1980.

No período de 05 a 07 de maio de 1994, participou da III Mostra Nacional de Pintura em Porcelana, Tela, Seda e Aquarela e I Salão Gaúcho de Aquarela no Hotel Continental de Porto Alegre, promovidos pela Associação Gaúcha de Pintura Artística.

Da sua época, como contemporâneas e colegas no jornalismo, podemos citar Gilda Marinho, Inês Vinhas, Tânia Carvalho e outras poucas mulheres no desempenhar desta missão.

Faleceu em Porto Alegre no dia 27 de julho de 2005.

Esta foi a grande profissional Therezinha de Jesus Cunha de Oliveira.

O filho Jorge Roberto Cunha de Oliveira compilou os poemas de sua falecida mãe e editou o livro “Do Coração ao Coração” em 2021, pela Real Academia de Letras com nova edição em 2024 pela Exclamação.

Jorge Roberto Cunha de Oliveira também publicou seu livro póstumo “Santo Antônio, sua vida, seus milagres, seu culto, sua presença no folclore”, Exclamação, 2024.

JORGE ROBERTO CUNHA DE OLIVEIRA

Natural de Porto Alegre, é Bacharel em Direito, Professor e Pós-graduado em Direito Público com trabalho de conclusão “A Sindicância Ideal”, obra em 2004. Escreveu sobre a vida de Francisco Ge Acaiaba de Montezuma, o Visconde de Jequitinhonha, obra de ingresso na Academia Maçônica de



Letras do Rio Grande do Sul, Patrono do Supremo Conselho do Brasil do Grau 33. Membro da Academia Brasileira Maçônica de Letras, Teatro, Ciências, Arte e Música, da *União Brasileira de Escritores do Rio Grande do Sul*, da *Academia de História Militar Terrestre do Brasil RS*, da *Real Academia de Letras* e da *Academia de Letras e Artes de Arroio Grande*. No *Colégio Militar de Porto Alegre* foi Presidente da *Sociedade Esportiva e Literária* e na *Faculdade de Direito da PUC/RS*, Presidente do CAMC. Na vida profissional, prestou serviço público, por Concurso, na Receita Federal, na Previdência Social, no Ministério dos Transportes, onde foi fundador da TRENURB em 1985, e na Justiça do Trabalho onde galgou cargos como o de *Secretário Geral* e o de *Diretor-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região*. Advogado militante, OAB/RS nº 22.032, antes do ingresso no Poder Judiciário e após à aposentadoria. Foi Professor de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professor elaborador de provas de concursos para a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Gran-

de do Sul durante anos. Portador de diversos títulos honoríficos como a *Cruz do Mérito Cívico e Cultural, no Grau de COMENDADOR da Sociedade Brasileira de Heráldica e Medalhística*. Na Maçonaria Rio-Grandense, foi iniciado em 23 de julho de 1990 no GOB-RS, sendo Mestre Instalado nos Graus Simbólicos e Grau 33 nos Superiores no Rito Escocês Antigo e Aceito, Adonhiramita e Brasileiro, *Grande Benemérito da Ordem* e atuou como Assessor Jurídico da Potência, Membro do Tribunal de Justiça Maçônico e *Presidente da Poderosa Assembleia Estadual Legislativa. Deputado Constituinte* em 2008 e 2019 e Membro do Grande Conselho Consultivo da PAEL. Membro do Conselho Editorial da Revista *Acácia*, da Associação *Acácia* de 2007/2012 e do Conselho Editorial da Revista *Vozes Maçônicas*, da Editora Maçônica Ltda., desde a 1ª edição.